

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2007

I – VISÃO GLOBAL E CONDICIONANTES

O ano de 2007 ficou marcado por um notável esforço do Sindicato no domínio da política reivindicativa e da intervenção nas instituições, com um grande sucesso no plano legislativo – a consagração do subsídio de desemprego, pela qual desencadeámos desde 1999 sucessivas campanhas – e resultados em regra positivos a nível de instituições.

Esse esforço viria a ter continuidade no 1º Semestre de 2008, já não abrangido pelo presente relatório.

O não se terem desenvolvido como desejável outras áreas de intervenção, e o não se ter actuado em mais larga escala deve ser imputado à falta de disponibilidade de muitos dos membros da Direcção do SNESup, resultante é certo, na maioria dos casos, de legítimos compromissos pessoais ou profissionais.

II – RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Continuou a ser negado ao SNESup o direito à negociação colectiva na função pública, o que este vem invocando em diversas acções judiciais colocadas no interesse dos seus associados.

Foram realizados vários contactos com o Parlamento e com a tutela, com uma única reunião não negocial com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, aliás em conjunto com a FENPROF.

Mantivemos contactos com a referida Federação Sindical, a propósito de iniciativas conjuntas em matéria de subsídio de desemprego, em que se realizaram reuniões com a CGTP e a UGT, e no lançamento do “mês de luta pelo ensino superior e pela carreira” que foi ocasião de sérios desentendimentos com alguns dos seus sindicatos regionais, manifestados na convocação simultânea de reuniões por ambos os sindicatos com diferentes agendas e na presença nas mesas das reuniões de dirigentes daquela federação sem ligações ao ensino superior ou que aproveitaram a ocasião para fazer proselitismo.

O SNESup participou com estatuto de observador no Congresso da UGT e numa Conferência sobre Formação organizada por aquela Confederação, e com estatuto de observador na Conferência de Organização Sindical da CGTP, e num Encontro sobre

PORTO – NOVA MORADA
Pr. Mouzinho Albuquerque, nº 60 - 1º - 4100-357 PORTO

SEDE NACIONAL - LISBOA
Av. 5 de Outubro, 104 - 4.º - 1050-060 LISBOA
Tel.: 21 799 56 60 Fax: 21 799 56 61
Email: snesup@snesup.pt

SEDE REGIONAL - PORTO
Av. da Boavista, 1167, sala 5.1 - 4100-130 PORTO
Tel.: 22 543 05 42 Fax: 22 543 05 43
Email: snesup.porto@snesup.pt

SEDE REGIONAL - COIMBRA
Rua Casal dos Vagares, 12 - 3030-141 COIMBRA
Tel.: 23 978 19 20 Fax: 23 978 19 21
Email: snesup.coimbra@snesup.pt

Formação promovido pela mesma central. Não acompanhámos a CGTP na greve geral de 30 de Maio de 2007, aliás decidida e concretizada por aquela sem que se procurasse uma articulação com outros sindicatos alheios à Confederação, no entanto considerámos necessário lançar um apelo à discussão e decisão colectiva sobre a adesão à referida greve.

Em 2007 o SNESup, com o apoio da Agência “Parceiros de Comunicação” manteve um razoável grau de visibilidade na comunicação social, quer quando necessitou de veicular intervenções específicas – como no caso do subsídio de desemprego – quer quando foi procurado – e tal sucedeu com frequência – para comentar aspectos relativos à situação do ensino superior.

Não foram utilizados os tempos de antena reservados para 2007 nem feita qualquer inscrição para 2008.

A comunicação com os docentes do ensino superior e investigadores baseou-se sobretudo no correio electrónico. Foi concluída a remodelação do site www.snesup.pt mas parte das suas funcionalidades continuaram por aproveitar, verificando-se também pouco dinamismo na actualização de conteúdos, salvo na parte relativa a apoio jurídico. Este fraco dinamismo reflecte a circunstância de, em diversas áreas, terem deixado de ser asseguradas responsabilidades confiadas a membros da Direcção

III – POLÍTICA EDUCATIVA

O acontecimento mais importante em termos de política educativa foi a aprovação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES). Um inquérito *on line* organizado pelo Sindicato, cujos resultados foram publicados na *Ensino Superior – Revista do SNESup*, apontou para a necessidade de reforçar, em vez de reduzir, os mecanismos de participação na vida académica. Sem um debate sério que permitisse exercer os direitos de participação previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo, o SNESup não prescindiu de divulgar publicamente uma posição sobre o novo modelo de gestão, cujo balanço terá ainda de ser feito.

Deve ainda ser registada como positiva a clarificação institucional da situação da Escola Náutica Infante Dom Henrique, que passou para a tutela do MCTES e onde, após uma interinidade de um Director nomeado, que se arrastava desde 2001, tomou posse pela primeira vez um Conselho Directivo eleito. Pelo contrário, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril uma sucessão de actos contraditórios do actual Ministro de tutela, Mariano Gago, tem mantido no poder um Conselho Directivo que já ultrapassou o seu mandato e perdeu a ligação aos que o elegeram.

IV – POLÍTICA CIENTÍFICA

O SNESup manteve-se atento ao processo de contratação de investigadores em regime de contrato de trabalho a termo e acompanhou o debate lançado pela ABIC, com a qual teve vários contactos, sobre a diferenciação do estatuto dos investigadores bolseiros, distinguindo investigadores já formados, como contrato assimilável a contrato de trabalho, e investigadores em formação.

Registaram-se também contactos da Direcção com o Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios de Estado.

V – POLÍTICA REIVINDICATIVA E APOIO JURÍDICO

O nosso Sindicato alcançou em 2007 uma grande sucesso com a aprovação do subsídio de desemprego, para a qual contribuíram a persistência com que esse objectivo foi prosseguido desde 1999, numa base que inicialmente foi essencialmente de princípio pois que havia poucos casos concretos a registar, culminando na emissão de uma carta aberta personalizada do Presidente da Direcção do SNESup ao Ministro dos Assuntos Parlamentares e ao Presidente do Grupo Parlamentar do partido maioritário, insistência numa solução que abrangesse todos os trabalhadores da função pública (objectivo alcançado apesar de uma restrição temporal inadmissível na aplicação da nova lei) , o trabalho junto dos Grupos Parlamentares. O lançamento de um abaixo-assinado de professores com nomeação definitiva, na sequência de sugestão de uma nossa associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a mega – petição *on line* com 4500 assinaturas, a apresentação de propostas de articulado ao poder legislativo, foram decisivas, sendo justo salientar que da parte da FENPROF houve a necessária sensibilidade para acompanhar o sindicalismo propositivo que vem sendo a marca do SNESup, permitindo que as iniciativas que precederam esta vitória fossem conjuntas.

O SNESup conseguiu igualmente realizar em 2007 uma mais estreita articulação entre política reivindicativa, intervenção nas escolas e apoio jurídico, permitindo por um lado passar da detecção de situações laborais colocadas individualmente para a realização de iniciativas nas instituições – convocação de reuniões de docentes, diligências junto dos respectivos órgãos, denúncia junto da comunicação social – e para a apresentação de propostas ou pedidos de medidas ao poder político. A *Ensino Superior – Revista do SNESup* tem valorizado devidamente as intervenções mais visíveis e aquelas em que o mérito pela defesa dos seus interesses tem cabido essencialmente aos próprios associados e delegados sindicais, isto é as relativas à Escola Superior Agrária de Beja, Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, à Universidade da Madeira e ao Departamento de Ciências do Desporto da Universidade da Beira Interior. Neste último caso as represálias têm atingido proporções espantosas – marcação de faltas injustificadas em dias de greve ou

por aulas que foram leccionadas, processos disciplinares por não transmissão de competências aos alunos durante as greves, denúncia de contratos com três anos de antecedência – e motivaram a realização, em 14 de Dezembro de 2007, de um Conselho Nacional de solidariedade nas instalações da própria Universidade da Beira Interior.

Ainda no campo da política reivindicativa é de realçar a aprovação, em 19 de Junho de 2007, por Assembleia Geral estatutariamente descentralizada, de orientações actualizadas para a negociação dos Estatutos de Carreira, que sucedem às anteriormente aprovadas em Assembleia Geral em 2001 e em 2003.

O exercício da função de apoio jurídico do Sindicato continua a basear-se numa estreita articulação entre prestação de esclarecimentos *on line*, realização de consultas jurídicas presenciais e disponibilização de advogados para representação forense. Em cumprimento do programa de candidatura da Direcção as duas primeiras componentes começaram a ser objecto de inquirição sistemática sobre a informação dos associados. A componente de representação forense envolve uma relação entre advogado e cliente que só a Ordem dos Advogados, e a pedido dos clientes, tem condições para sindicar, em todo o caso passou a ser pedida aos advogados a entrega e actualização periódicas de listas de representação.

Dois dos advogados com que trabalhámos em 2007 tiveram os seus contratos terminados por iniciativa do Sindicato, e temos a lamentar ter perdido a colaboração de uma advogada dedicada e talentosa – a Sra. Dra. Daniela Velho – por ter passado a exercer funções públicas legalmente incompatíveis. Nos três casos houve substituição e no início de 2008, na previsão de que a nova Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações e a revisão dos Estatutos de Carreira trouxessem exigências excepcionais de apoio jurídico o número de advogados com contrato com o Sindicato era de sete, contra apenas cinco no início de 2007. Anote-se que o site jurídico *memas* foi actualizado com recurso a uma colaboração também remunerada.

VI – ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Durante o ano de 2007 continuou a verificar-se um aumento de sindicalização, embora a um ritmo menos intenso que no ano anterior, verificando-se também que, de modo geral, os associados que querem deixar de pertencer ao Sindicato ou que passam a estar numa situação em que cessa a obrigação de quota têm tido a preocupação de informar os serviços. Todavia, a circunstância de não termos concretizado, ao contrário do previsto no nosso programa de candidatura, a redacção de manuais de procedimentos, torna a gestão administrativa de associados uma tarefa ainda excessivamente complexa e sujeita a erros.

O apoio informático continua a necessitar de uma profunda reformulação, tendo sido equacionadas medidas, ainda em concretização, cuja descrição melhor caberá na prestação de contas relativa a 2008.

O Sindicato manteve no essencial, e até reforçou ligeiramente, a sua rede de comissões sindicais, mas de modo geral diminuiu a sua capacidade de iniciativa autónoma. A presença das Secções Sindicais em reuniões do Conselho Nacional também tem caído.

Admitindo-se que a já referida quebra de disponibilidade por parte de membros da Direcção tenha criado problemas de dinamização, há fenómenos de “fadiga de exercício de funções sindicais” que têm de ter tidos em conta.

Possivelmente a actual organização sindical baseada nas instituições terá de ser complementada com a criação de ligações por áreas científicas ou por comunidades de trabalho.

Sem ter uma política de formação e promoção de “quadros sindicais” é contudo de notar que num Sindicato aberto como é o SNESup se confia sem quaisquer reservas o exercício das mais elevadas responsabilidades sindicais a associados com pouco tempo de inscrição. A “Via Verde para o Mérito” que defendemos para as nossas carreiras” tem plena aplicação na vida sindical.

Deve ser referido, a final, os funcionários do SNESup responderam, e de modo geral superaram, o que lhes foi exigido.

VII – CONTAS

As Contas do SNESup relativas a 2006, ratificadas pela primeira vez na história do Sindicato em Assembleia Geral, após aprovadas pelo Conselho Nacional deram conta de uma evolução favorável dos proveitos, fruto sobretudo de um intenso esforço de sindicalização, e de uma redução acentuada de custos, resultante, entre outros aspectos, de uma redução da tiragem da *Ensino Superior – Revista do SNESup* e de uma racionalização de encargos com o apoio jurídico.

Em 2007 também se verificou um aumento, embora menos sensível, de proveitos, também correspondente a um aumento de sindicalização, e uma redução de custos, designadamente por força da passagem da *Ensino Superior – Revista do SNESup* a trimestral, embora o reforço da equipa de advogados pressione em sentido inverso.

(em euros)

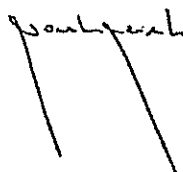
	2005	2006	2007
Proveitos	637.815,00	652506,18	691135,09
Custos	637264,75	582969,76	563196,01
Resultados	550,25	70019,17	127939,08

Embora mereça uma leitura positiva, a melhoria de resultados não deve criar um excessivo optimismo, uma vez que continua a registar-se uma perda de postos de trabalho docentes e que se continuam a aposentar muitos associados, que ficam isentos

de quota ordinária sendo de esperar que em 2008 e 2009 este movimento de aposentação se intensifique em consequência da legislação recentemente aprovada. Também em 2008 e 2009 voltarão a aumentar as despesas com poio jurídico. É imprescindível e inadiável um grande esforço de sindicalização.

Em 12 de Junho de 2008

A DIRECÇÃO DO SNESUP

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Peixoto', written in a cursive style.

Paulo Peixoto
Presidente da Direcção